

Previsões Macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento de Estado para 2026



PARECER N° 02/2025
OUTUBRO DE 2025

WWW.CFP.CV

Avenida da China,
Edifício do Tribunal Constitucional
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago

FICHA TÉCNICA

CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Avenida da China, Edifício do Tribunal Constitucional, 3.º Andar
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago – Cabo Verde

Editor: Conselho das Finanças Públicas

E-mail: info@cfp.cv

Copyright: Conselho das Finanças Públicas

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
INTRODUÇÃO	7
CENÁRIO MACROECONÓMICO SUBJACENTE À POE/2026	8
ECONOMIA INTERNACIONAL	8
CENÁRIO MACROECONÓMICO APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MF) PARA A POE/2026	10
CONCILIAÇÃO COM PREVISÕES DO MF	12
PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES	13
ATIVIDADE ECONÓMICA E PREÇOS	14
RISCOS INTERNACIONAIS	15
RISCOS ORÇAMENTAIS	16
CONCLUSÃO	18
ANEXOS	19
ANEXO: PRESSUPOSTOS SUBJACENTES ÀS PROJEÇÕES MACROECONÓMICAS DE CABO VERDE PARA 2026, ELABORADOS PELO CFP.	19
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22



O Conselho de Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, criado pelo artigo 84º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho. Pela Lei n.º 78/IX/2020, de 23 de março, procedeu-se à regulamentação da sua organização interna, competências, funcionamento e estatutos dos seus respetivos membros.

Em maio de 2023, o CFP iniciou o processo de instalação e funcionamento, de modo a poder cumprir com a missão de proceder à avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a transparência e contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e credibilidade financeira do Estado.

Aprovado na reunião do Conselho das Finanças Públicas, no dia 02 de outubro de 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, criado pelo artigo 84.º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho, que estabelece as Bases do Orçamento de Estado. A sua missão é proceder a uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a transparência e contribuindo para a qualidade da democracia e das decisões de política económica, bem como para o reforço da credibilidade financeira do Estado. Neste contexto, este parecer enquadra-se nas competências conferidas na alínea a) do artigo 7.º dos Estatutos do CFP.

O cenário macroeconómico global para 2026 será marcado por elevada incerteza geopolítica, tensões comerciais persistentes, impactos das alterações climáticas e potenciais realinhamentos estratégicos que poderão influenciar os fluxos de investimento, as cadeias de suprimento e as políticas monetárias internacionais. O FMI projeta um crescimento mundial moderado e uma inflação em desaceleração, mas num contexto de riscos acrescidos para a estabilidade financeira e o comércio internacional.

No plano nacional, de acordo com as Diretrizes de Orçamento para 2026, o Ministério das Finanças (MF) prevê um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real entre 5,0 por cento e 6,0 por cento em 2026 e uma inflação entre 1,0 por cento e 2,0 por cento. Relativamente às finanças públicas, o défice público deverá situar-se em -0,8 por cento do PIB, mantendo a trajetória de consolidação orçamental e a dívida pública deverá continuar a sua tendência decrescente, podendo atingir 96,3 por cento do PIB em 2026. Estas projeções enquadram-se nos compromissos assumidos com o FMI, designadamente no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e do Instrumento de Resiliência e Sustentabilidade (RSF), que asseguram o apoio técnico e financeiro relevante para a consolidação orçamental e o reforço da gestão das finanças públicas. Neste contexto, a economia nacional tem demonstrado resiliência desde o choque de 2020, registando crescimento do PIB, redução do desemprego e da pobreza, e uma trajetória de consolidação das finanças públicas.

O CFP considera coerentes e prudentes as previsões constantes nas Diretrizes do Orçamento do Estado para 2026, tendo estimado, no seu exercício próprio, um crescimento do PIB de 5,7 por cento e uma inflação de 2,0 por cento. Assim, o CFP conclui que o cenário macroeconómico subjacente à Proposta de Orçamento do Estado (POE) para 2026 é provável, realista e alcançável, apesar dos riscos e desafios internos e externos identificados.

Em resultado da análise efetuada às previsões macroeconómicas subjacentes à POE/2026 e com base na informação disponível à data da elaboração deste parecer e ponderando os riscos identificados, o CFP endossa as previsões macroeconómicas apresentadas, considerando-as razoáveis e com elevado grau de concretização.

INTRODUÇÃO

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, que possui como uma das competências avaliar os cenários macroeconómicos adotados pelo Governo e a consistência das previsões orçamentais com estes cenários, alínea a) do artigo 7.º dos Estatutos do CFP.

A evolução da boa governança exige que não só haja transparência na governação, mas também que haja um escrutínio externo a própria governação. Portanto, o surgimento de instituições fiscais independentes, como CFP, constitui um passo importante para garantir que os recursos dos contribuintes vertidos no orçamento do Estado sejam geridos de maneira transparente, responsável e eficiente, promovendo assim uma governança pública mais robusta e confiável. Essas instituições podem antecipar e alertar sobre os riscos fiscais, contribuindo para a prevenção de crises financeiras e orçamentais e para a qualidade da democracia e das decisões de política económica, assim como para o reforço da credibilidade financeira do Estado.

Este parecer tem por objetivo fazer uma análise que permita avaliar a consistência e a razoabilidade das previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2026 (POE/2026), apresentada pelo Ministério das Finanças.

A importância dessas previsões, particularmente do crescimento do produto (PIB) e da inflação para o orçamento do Estado, decorre do fato de que elas servem de base para estimar a arrecadação de receitas e planejar as despesas públicas, permitindo ao governo definir metas fiscais realistas, calibrar políticas económicas e garantir a sustentabilidade das contas públicas ao longo do exercício financeiro.

Em termos de metodologia, a análise consiste em avaliar a prudência e a coerência das projeções macroeconómicas produzidas pelo Ministério das Finanças (MF).

O CFP produz também as suas próprias previsões que depois são comparadas com as previsões do MF e de outras instituições nacionais e internacionais nas principais variáveis, mormente o PIB real e a inflação.

Assim, resumidamente, para atingir o objetivo de avaliar os cenários macroeconómicos (crescimento e inflação) apresentados nas Diretrizes, o CFP adotou a seguinte abordagem metodológica:

- Análise técnica das previsões do CFP; para tal elaborou o seu modelo econométrico com pressupostos enumerados ao longo do parecer;
- Comparação com as previsões e projeções disponíveis realizadas por instituições de referência: Banco de Cabo Verde (BCV) e Fundo Monetário Internacional (FMI);
- Informação estatística mais recente, produzida pelas autoridades estatísticas nacionais – Instituto Nacional de Estatística (INE) e BCV.

Esta apreciação refere-se ao documento “Diretrizes do Orçamento de Estado para 2026” (DOE/2026) e não à Proposta de Orçamento de Estado para 2026 (POE/2026), podendo, por isso, verificar-se ligeiras diferenças em alguns dados e indicadores estimados.

CENÁRIO MACROECONÓMICO SUBJACENTE À POE/2026

ECONOMIA INTERNACIONAL

O cenário macroeconómico nacional e internacional para 2026, segundo as análises apresentadas, será marcado por posições geopolíticas cada vez mais complexas e imprevisíveis. Persistem tensões comerciais entre as principais potências, desafios ligados às alterações climáticas e possíveis realinhamentos estratégicos que podem afetar fluxos de investimento, cadeias de suprimento e políticas monetárias. Este contexto continuará a exigir do Estado uma gestão fiscal prudente e políticas económicas flexíveis para mitigar riscos e aproveitar oportunidades.

Além disso, espera-se que a normalização gradual das políticas monetárias nas economias avançadas e a eventual redução das taxas de juro influenciem o custo do financiamento externo; por outro lado, os mercados emergentes poderão enfrentar maior volatilidade cambial e pressão inflacionária derivada de choques nos setores energético e alimentar.

A nível internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu *Outlook* de abril de 2025 (com o *update* de julho), prevê o seguinte cenário:

- **PIB mundial:** projetado em **3,0 por cento para 2025** e **3,1 por cento para 2026**, ligeiramente acima das previsões de abril (2,8 e 3,0 respetivamente), mas ainda abaixo da média pré-pandemia (3,7 por cento).
- **Economias avançadas:** crescimento em torno de **1,5 por cento em 2025** e **1,6 por cento em 2026**, com os EUA a 1,9 por cento e 2,0 por cento e a Zona Euro cerca de 1,0 por cento e 1,2 por cento, respetivamente.
- **Mercados emergentes:** mantêm dinamismo maior, com destaque para **China (4,8 por cento em 2025)** e **Índia (6,4 por cento em 2025 e 2026)**.
- A inflação global deve **descer para 4,2 por cento em 2025** e **3,6 por cento em 2026**, mas com fortes diferenças regionais.
- Nos EUA, a inflação deverá **permanecer acima da meta de 2,0 por cento** até 2026 (**O índice de preços ao consumidor dos EUA** subiu 2,9 por cento em agosto em relação ao ano anterior, acima de 2,7 por cento em julho e o ritmo mais rápido desde o início do ano) ; na Zona Euro, a tendência é mais contida.
- O **dólar dos EUA enfraqueceu**, abrindo algum espaço para política monetária mais acomodatória nos países emergentes.
- As taxas de juro nos EUA e no Reino Unido devem diminuir **no segundo semestre de 2025**, enquanto o BCE tende a manter estabilidade e o Japão a subir gradualmente.

- **Em termos de riscos Geopolíticos**, as tensões comerciais provocam elevada incerteza com tarifas dos EUA, com a possibilidade de novas tarifas setoriais (nomeadamente eletrónica e farmacêutica) e risco de desorganização de cadeias de suprimento.
- **Conflitos regionais**: potenciais choques de oferta ligados a conflitos no **Médio Oriente** e na **Ucrânia** podem afetar preços de energia e reacender a inflação.
- **Vulnerabilidades fiscais**: déficits elevados em países como EUA, Brasil e França podem aumentar prémios de risco e volatilidade financeira.

Com essas previsões, as perspetivas são, no cenário base, de uma resiliência frágil: crescimento sustentado por comércio antecipado (“*front-loading*”) e políticas fiscais expansionistas, mas sujeito a retrocessos quando esse efeito se dissipar.

Tabela 1 - Previsões Internacionais para 2026

	2026 ¹
Produto Interno Bruto (t.v.², %)	
Mundo	3.1
Área do Euro	1.2
EUA	2.0
Reino Unido	1.4
Comércio Volume (t.v.a.³, %)	
Comércio mundial de bens e serviços	1.9
Mercado de Trabalho (Taxa de Desemprego)	
Área do Euro	7.0
EUA	3.7
Reino Unido	4.7
Preço das Matérias-Primas (t.v.a., %)	
Energéticas	-5.7
Não energéticas	2.0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (t.v.a.⁴, %)	
Área do Euro	1.9
EUA	2.5
Reino Unido	2.1
Portugal	2.1
Taxa de Câmbio do Euro	
Dólar-Euro (v.m.a. Em dólares)	1.083
Taxa de Juro (%)	
Longo Prazo (%) USD- 10 anos	3.8

Fonte: World Economic Outlook (abril e update de julho 2025) – FMI; OBR do Reino Unido.

¹ Projeções

² Taxa de crescimento real

³ Taxa de variação anual

⁴ Taxa de variação anual

Em resumo, o FMI vê a economia mundial a crescer de forma moderada, com inflação em queda lenta e um pano de fundo de incerteza geopolítica, em particular disputas comerciais e riscos de conflito, que poderá afetar tanto a estabilidade financeira como o comércio global.

CENÁRIO MACROECONÓMICO APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MF) PARA A POE/2026

Economia Nacional

Em 2025, o cenário macroeconómico apresentado pelo MF para a POE/2026 prevê que a atividade económica, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) em volume, deverá crescer entre 5,0 por cento e 6,0 por cento para 2026 (4,8 e 5,3 por cento previstos para 2025 e 4,7 por cento para 2024). A contribuir para este crescimento, o MF destaca o crescimento do consumo privado, o dinamismo do investimento, a recuperação das exportações líquidas. Assim, o consumo privado será considerado o motor deste crescimento, enquanto o consumo público deverá retrair, mas mantendo o consumo seletivo em alguns sectores. Por sua vez, espera-se um aumento do investimento privado, porque também o investimento público deve retrair.

Para 2026, o cenário macroeconómico subjacente indica uma inversão na tendência de redução dos preços, prevendo-se um aumento da inflação. Prevê-se que para 2025 e 2026 as taxas de inflação sejam de 1,0 por cento a 2,0 por cento respectivamente.

O saldo global face ao PIB deverá melhorar em 2026, cifrando em -0,8 por cento, face aos -2,8 por cento projetados para 2025 e 1,1 por cento registados em 2024, de acordo com o Gráfico 2 – Evolução dos Saldos Orçamentais em % do PIB, e com a análise constantes nas Diretrizes do Orçamento de Estado para 2026. Verifica-se, contudo, que a Tabela IX.3.2 – Operações Financeiras do Estado (em % do PIB) apresenta valores distintos para estes anos (-1,0 por cento em 2024 e -1,8 por cento em 2025).

O rácio da dívida pública em relação ao PIB deverá manter a tendência decrescente dos últimos quatro anos, prevendo-se que atinja 96,3 por cento do PIB em 2026. As Receitas Totais devem diminuir 5,0 por cento, os Impostos devem crescer 9,3 por cento e as Despesas Totais deverão reduzir 1,8 por cento, mas a Despesa com Pessoal deve continuar crescendo cerca de 6,0 por cento para 2026, atingindo 30.893 milhões de CVE.

As contas externas, segundo o MF, continuarão superavitárias, derivado do aumento do turismo, cuja procura turística projetada para crescer em 2026 é de 7,7 por cento, das remessas dos emigrantes e os efeitos da dinâmica do investimento externo. Assim, a conta corrente deverá registrar um saldo positivo de 1,3 por cento em 2026.

O crédito à economia deverá crescer 5,4 por cento em 2026, com destaque para o aumento do crédito ao sector privado em 5,0 por cento.

As reservas externas geridas pelo Banco de Cabo Verde deverão garantir, pelo menos, seis meses de importações programadas e a taxa de câmbio médio USD/CVE deverá situar-se em torno de 101,1 escudos em 2026.

Em síntese, a economia nacional tem demonstrado resiliência e recuperação após o choque de 2020, com indicadores de crescimento do PIB, redução do desemprego e da pobreza, e uma trajetória de consolidação das finanças públicas, apesar dos desafios e riscos externos e internos.

A tabela a seguir resume as previsões subjacentes ao POE/2026.

Tabela 2 - Previsões macroeconómicas subjacentes à POE/2026

	2023 CGE	2024 CTP	2025 OE	2026 Proj.
PIB Nominal	263,8	281,7	300,9	303,2
Taxa de Variação, em %	10.6%	7.2%	6.8%	n.d
PIB Real	222,559	233,052	243,635	
Taxa de Variação, em %	5.1%	5.3%	4.8%-5.3%	5 a 6%
Inflação	3.7%	0.9%	1.7%	2%
Receitas Totais	66235	69525	91584	86993
Despesas Totais	61579	65888	81330	79866
Despesas com Pessoal	23010	22627	29177	30893
Taxa de Variação, em %		-1,7%	28,9%	5,9%
Aquisição de Bens e Serviços	12677	13053	19193	15167
Taxa de Variação, em %		3,0%	47,0%	-21,0%
Outras Despesas	1938	2639	5105	4053
Resultado Operacional Bruto	4656	3637	10254	7127
Ativos não financeiros	5052	6598	15737	9649
Saldo Global	-396	-2962	-5482	-2522
em % do PIB	-0,20%	-1,0%	-1,8%	-0,8%
Saldo Corrente	-2,009	1,82	9,008	
em % do PIB	-0.8%	0.6%	3.0%	
Saldo Global Primário	5471	3626	692	4550
em % do PIB	2,10%	1,30%	0,20%	1,40%
Saldo Primário Corrente	3,868	8,058	15,178	3,9416
em % do PIB	1.4%	2.8%	5.1%	1,30%
Mercado de Trabalho (variação, em %)				
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	8.7%	8.2%	8.2%	< 10 %

Legenda. CGE: Conta Geral do Estado; CTP: Contas Trimestrais Provisórias; OE: Orçamento do Estado

Fonte: Elaboração do CFP com base nas Diretrizes de Orçamento do Estado, POE 2026 e MTF:

Informação comunicada até 4 de setembro de 2025.

CONCILIAÇÃO COM PREVISÕES DO MF

O processo de análise das previsões orçamentais pelo Conselho das Finanças Públicas (CFP) seguiu os seguintes passos:

- A metodologia de análise das previsões do Ministério das Finanças (MF) pressupõe um **diálogo institucional**.
- Ao receber as diretrizes, o CFP iniciou a sua análise e desenvolveu as suas **próprias previsões** para avaliar a razoabilidade das projeções do MF.
- Para essa avaliação, o CFP **comparou** as suas previsões com as de outras instituições, como o Banco de Cabo Verde (BCV) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apesar dos reiterados esforços do CFP, não se concretizaram as reuniões técnicas com a Direção Nacional do Planeamento do MF, essenciais para esclarecer dúvidas sobre as metodologias e pressupostos que sustentam as previsões apresentadas. A ausência desse diálogo limita a capacidade analítica do CFP para avaliar com mais rigor técnico as previsões.

Tabela 3 - Previsões macroeconómicas da economia cabo-verdiana para 2026 por diversas instituições

	BCV	CFP	MF	S&P	FMI
PIB Nominal	318,0		325.0	324.5	321.2
Taxa de Variação, em %	6.5%		n.d	n.d.	n.d.
PIB Real	n.d.				
Taxa de Variação, em %	5.0%	5.7%	5.0 a 6.0%	5.0%	4.9%
Inflação	1.4%	2.0%	1.0 a 2.0%	1.7%	2.0%

Fonte: Relatório da Política Monetária (BCV, abril 2025), MF (Diretrizes de Orçamento do Estado para 2026), Rating S&P 8 de agosto 2025. Cálculos do CFP.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

A economia de Cabo Verde continuará sendo, por longo tempo, uma pequena economia aberta e dependente do exterior. Efetivamente, as estratégias de diversificação económica são processos de longo prazo, pelo que reduzir a dependência externa deve ser encarado dentro dessa mesma visão. Atualmente a economia depende do turismo como motor de crescimento.

A título de ilustração teórica, o turismo é um sector que apresenta limitações estruturais e apesar de seu potencial, dificilmente promove uma transformação económica estrutural profunda sem a presença de diversificação económica e políticas integradas, atuando mais como um vetor regional e um complemento ao desenvolvimento do que como a base única dele (Faria, 2021).

Caracteriza-se, geralmente, por níveis reduzidos de produtividade e baixa capacidade inovadora e tecnológica e exigindo investimentos relativamente modestos em capital fixo. Segundo o índice de inovação (Global Innovation Index), Cabo Verde ocupa a 95ª posição entre 139 economias em 2025 tendo caído uma posição no que toca a inputs de inovação⁵. Apesar de sua relevância económica e social e com as receitas brutas do turismo representando cerca de 20 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo para um crescimento do PIB de 7,3 por cento em 2024, conforme dados do Relatório do Estado da Economia do Banco de Cabo Verde e do World Bank (2025), o setor permanece vulnerável a choques externos, como instabilidades geopolíticas e desacelerações económicas nos principais mercados emissores, especialmente na Europa (Banco de Cabo Verde, 2025; World Bank, 2025).

Segundo o mesmo Relatório do Estado da Economia do Banco de Cabo Verde (BCV), em 2024, a contribuição do turismo para a economia refletiu-se num aumento de 26,9 por cento no volume de negócios no setor de alojamento e restauração, mas o setor mantém-se dependente da mão de obra intensiva e requer baixos investimentos em capital fixo, o que limita seu potencial para provocar mudanças estruturais significativas ou avanços inovadores (Banco de Cabo Verde, 2025).

Esse cenário ressalta a necessidade de diversificação e incremento da produtividade do setor para que o turismo possa contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento económico sustentável e a inovação estrutural em Cabo Verde (World Bank, 2025).

Como uma pequena economia aberta, a economia nacional continuará fortemente dependente do exterior, quer na esfera real – com uma relação estreita com as exportações de serviços e as remessas da diáspora, enquanto as exportações de bens são limitadas e o défice comercial permanece estruturalmente negativo devido às

⁵ O Índice Global Innovation tracker mostra o estado atual das inovações científicas e tecnológicas e quão rápido a tecnologia está sendo adotada e quais são os resultados e impactos na sociedade

elevadas necessidades de importação de bens – quer na esfera monetária e financeira e cambial.

Essa abertura externa reflete também a dependência das remessas dos emigrantes, que, juntamente com as receitas do turismo, são fundamentais para o crescimento do PIB e para a balança de pagamentos, ajudando a reduzir os desequilíbrios externos.

A seguir, apresenta-se, de forma resumida, um conjunto de pressupostos (nacionais e internacionais) que refletem a posição do CFP face às previsões e cenários da Proposta de Orçamento do Estado para 2026, complementados com detalhe em anexo.

ATIVIDADE ECONÓMICA E PREÇOS

As previsões para 2026 são baseadas num conjunto de pressupostos relativamente ao contexto externo (parceiros diretos ou indiretos) e interno.

A atividade económica global tal como aponta o Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu *Outlook* de abril de 2025 (com o *update* de julho), prevê o seguinte cenário:

1. Crescimento do PIB mundial projetado em 3,0 por cento para 2025 e 3,1 por cento para 2026, ligeiramente acima das previsões de abril, mas ainda abaixo da média pré-pandemia (3,7).
2. A inflação global deve descer para 4,2 por cento em 2025 e 3,6 por cento em 2026, mas com fortes diferenças regionais.
3. O mercado de trabalho nos principais parceiros pode melhorar em 2026.
4. As condições monetárias e financeiras - deve manter o cenário de flexibilização contínua ou estabilização de taxas que poderá influenciar o ambiente financeiro de 2026. Contudo o impacto económico divergente das tarifas entre países poderá complicar as escolhas dos bancos centrais, introduzindo uma divergência nas posturas de política monetária. Os bancos centrais em países que impõem tarifas enfrentam um difícil dilema entre proteger o setor real e evitar que o aumento de preços isolado (*one-off*) se transforme em inflação persistentemente mais alta, especialmente se a inflação já estiver acima da meta (2,0 por cento para o BCE).

Os Estados Unidos mostram sinais não tão lineares, se por um lado o crescimento económico previsto é 2,0 por cento para 2026, conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI), por outro lado o mercado de trabalho começa a refletir desaceleração, apesar de continuar relativamente apertado. Na zona euro, espera-se uma recuperação mais lenta, com crescimento projetado de cerca de 1,2 por cento para 2026. A economia alemã, principal motor do crescimento europeu, deve manter uma expansão modesta, próxima de 0,1 por cento, conforme previsões do FMI para 2025, com indicadores como o índice IFO (indicador económico alemão que mede o clima de negócios e a confiança dos empresários) sinalizando perspectivas económicas pouco

otimistas. Ainda assim, a desaceleração deve persistir em 2026, evidenciada pela queda na utilização da capacidade produtiva e redução das carteiras de encomendas, indicativos de fragilidade contínua na região.

RISCOS INTERNACIONAIS

Condições Financeiras e Riscos Fiscais: As condições financeiras globais facilitaram em meados de 2025, com os mercados de ações a recuperarem e o dólar americano a depreciar-se. No entanto, os riscos para as perspetivas permanecem inclinados para o lado negativo.

- Maiores défices fiscais ou o aumento da aversão ao risco podem elevar as taxas de juro de longo prazo e apertar as condições financeiras globais.

- Preocupações com a sustentabilidade fiscal nos Estados Unidos, incluindo o aumento do défice fiscal projetado para 2026, podem tornar os mercados financeiros excessivamente voláteis.

Riscos Relacionados com Tarifas: Um ressurgimento das tarifas para níveis significativamente mais elevados após o fim das pausas em vigor poderia influenciar o sentimento do mercado, potencialmente desencadeando uma reapreciação dos ativos de risco e aumentando a volatilidade nos mercados. A incerteza elevada nas políticas comerciais pode pesar na atividade económica, afetando o investimento e o comércio.

Ao nível da **economia nacional** e a sua evolução para 2026, o CFP considera que o quadro global macroeconómico continua alinhado com os compromissos nacionais e internacionais principalmente os assumidos com o FMI: a Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e o Instrumento de Resiliência e Sustentabilidade (RSF), que, de forma articulada, proporcionam ao país apoio técnico e financeiro, essencial para o fortalecimento da gestão das finanças públicas. Esse suporte é fundamental para assegurar a sustentabilidade orçamental, aprimorar a eficiência na execução do orçamento e enfrentar os desafios económicos e sociais vigentes.

O CFP avalia como coerentes as previsões emanadas nas Diretrizes, destacando uma previsão de crescimento do produto entre 5,0 e 6,0 por cento em termos reais. Comparando com as restantes previsões nacionais e internacionais, as previsões do MF são coerentes.

O CFP prevê que a economia nacional poderá crescer 5,7 por cento em 2026. Este crescimento é essencialmente justificado pelo aumento do consumo e investimento. Do lado da oferta, o crescimento é explicado pelos sectores secundário e terciário (serviços), conforme demonstrando nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - Fontes do crescimento na ótica da demanda de 2024 a 2026

Demanda	2024	2025	2026
Consumo Final	8.2	5.9	5.9
Investimento	-5.6	3.0	3.7
Exportação Líquida	2.9	-2.4	-6.8
PIB	7.2	5.8	5.7

Fonte: Cálculos e (2026) previsão do CFP

Tabela 5 - Fontes do crescimento na ótica da oferta de 2024 a 2026

Setores – Oferta	2024	2025	2026
Sector Primário	7.0	0.1	1.9
Sector Secundário	3.9	4.2	4.3
Setor Terciário	7.3	4.0	5.6
Imposto Líquidos de Subsídios	8.6	7.9	7.6
PIB	7.2	5.8	5.7

Fonte: Cálculos e previsão do CFP

No que respeita à inflação, o CFP considera que a meta de 2,0 por cento apresentada pelo MF para 2026 é compatível com a dinâmica da atividade económica projetada pelo próprio.

RISCOS ORÇAMENTAIS

As Diretrizes Orçamentais para 2026 indicam que o quadro macroeconómico está sujeito a riscos descendentes, que persistem de anos anteriores. Destacam-se os seguintes riscos orçamentais para 2026:

1. **Riscos Macroeconómicos:** Principalmente choques exógenos, como eventos geopolíticos e climáticos, que podem abrandar a atividade turística e as remessas de imigrantes, bem como a persistência da inflação que pode levar a condições monetárias mais restritivas.
2. **Riscos associados à sustentabilidade da dívida pública:** Apesar da trajetória decrescente da dívida, a sua sustentabilidade continua a ser um foco, especialmente no contexto de financiamento global limitado.
3. **Riscos em relação ao desenvolvimento e à supervisão financeira das empresas públicas e participadas do Estado (SEE):** Os riscos fiscais no SEE continuam elevados, exigindo um forte compromisso na implementação da agenda de reformas para reduzir os riscos orçamentais e apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo.

4. **Riscos decorrentes das alterações climáticas e catástrofes naturais:** Dada a vulnerabilidade de Cabo Verde a fenómenos como secas e inundações, o reforço da resiliência e a promoção de ações de adaptação climática são prioridades urgentes.

Ponderados os riscos do cenário do MF, a incerteza do panorama macroeconómico atual e as projeções existentes do CFP e do BCV para a economia cabo-verdiana, o cenário macroeconómico subjacente à POE/2026 afigura-se como provável.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, o Conselho das Finanças Públicas conclui que as previsões contidas nas Diretrizes de Orçamento do Estado para 2026 são prudentes e alcançáveis.

Assim, considerando os princípios e regras estabelecidos pela Lei de Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho), a informação disponível à data da elaboração deste parecer e o resultado da análise das previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2026, bem como os riscos identificados, o Conselho das Finanças Públicas, reunido no dia 02 de outubro de 2025, deliberou **endossar as previsões macroeconómicas apresentadas, nomeadamente o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o valor da inflação.**

ANEXOS

ANEXO: PRESSUPOSTOS SUBJACENTES ÀS PROJEÇÕES MACROECONÓMICAS DE CABO VERDE PARA 2026, ELABORADOS PELO CFP.

As projeções para a economia de Cabo Verde em 2026 enquadram-se num cenário internacional de crescimento moderado e incerteza persistente. De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicadas em julho de 2025, o crescimento económico global deverá situar-se em 3,1 por cento em 2026. Este valor, embora represente uma ligeira melhoria face a projeções anteriores, permanece abaixo da média histórica, refletindo tensões comerciais, incertezas geopolíticas e condições financeiras que, embora atualmente mais favoráveis, poderão sofrer um aperto abrupto.

Para a Zona Euro, principal parceiro económico e origem da maioria dos turistas que visitam Cabo Verde, as perspetivas são mais contidas. As projeções do Banco Central Europeu (BCE), de setembro de 2025, apontam para um crescimento do PIB real de 1,0 por cento em 2026. Este abrandamento resulta de uma procura externa mais fraca e da incerteza relacionada com políticas comerciais, que penalizam o investimento e as exportações. Contudo, espera-se que a procura interna seja sustentada pelo aumento dos rendimentos reais e por novos investimentos públicos.

No que respeita à inflação, o cenário global aponta para uma moderação contínua. O FMI projeta uma inflação mundial de 3,6 por cento em 2026. Na Zona Euro, o BCE prevê que a inflação desça para 1,7 por cento, aproximando-se do objetivo de médio prazo. Este ambiente de desinflação é corroborado pela previsão do Banco Mundial de uma queda de 5 por cento nos preços das commodities em 2026, com reduções de 6 por cento nos preços da energia e de 1 por cento nos preços dos alimentos. Para uma economia importadora como a cabo-verdiana, esta moderação é crucial, pois contribui para estabilizar a inflação interna.

No plano nacional, projeta-se um crescimento do PIB real de 5,7 por cento e uma taxa de inflação de 2 por cento em 2026, assente em pressupostos específicos do lado da oferta e da procura, refletindo a interação entre a dinâmica interna e o contexto externo.

Na ótica da demanda, a dinâmica da atividade económica será impulsionada principalmente pela procura interna, com um contributo notável, embora em desaceleração, da procura externa líquida.

Para o consumo privado, prevê-se um crescimento robusto de 5,6 por cento, sustentado pela contínua recuperação do poder de compra, pela estabilização da inflação em níveis baixos e pelo aumento do emprego associado ao dinamismo do setor do turismo e serviços conexos. A manutenção da inflação em torno de 2 por cento é fundamental para que os ganhos nominais de rendimento se traduzam em ganhos reais.

O consumo público deverá aumentar 7,1 por cento, refletindo a continuidade das políticas governamentais de apoio social e de valorização da administração pública, em linha com os novos planos de carreiras e remunerações.

O investimento deverá crescer 3,7 por cento, impulsionado tanto pelo setor público como pelo privado. O investimento público deverá centrar-se em infraestruturas estratégicas (energia, água e digitalização), enquanto o privado será canalizado maioritariamente para o turismo (novas unidades hoteleiras e requalificação) e para as atividades de exportação, beneficiando de um ambiente de negócios em melhoria.

As exportações líquidas deverão contribuir negativamente para o crescimento do PIB, refletindo uma dinâmica em que o crescimento das importações supera o das exportações. Projeta-se que as exportações totais registem um crescimento de 5,7 por cento, um ritmo mais moderado que o dos anos anteriores, o que reflete a normalização da atividade turística após a forte recuperação pós-pandemia e o crescimento mais contido na Zona Euro. O principal motor das exportações continuará a ser o setor dos serviços, com uma expansão prevista de 5,5 por cento. Em contrapartida, as importações deverão crescer 6,0 por cento, impulsionadas pela robustez da procura interna (consumo e investimento) e pela necessidade de bens intermédios para suportar a atividade turística e de construção. Este diferencial de crescimento entre importações e exportações resulta, assim, numa contração do saldo da balança comercial, subtraindo ao crescimento do PIB.

Na ótica da oferta, o crescimento do PIB será disseminado por todos os setores, com os serviços a manter o seu papel como principal motor da economia. O crescimento projetado para o setor primário (agricultura, pescas e indústrias extrativas) de 1,9 por cento assenta na expectativa de condições climáticas mais favoráveis e na maturação de investimentos em tecnologias de rega e dessalinização, visando mitigar a vulnerabilidade a choques climáticos.

Já, o setor das indústrias (setor secundário), a indústria transformadora deverá manter a sua dinâmica registada nos últimos anos, enquanto a construção (+1,6 por cento) será impulsionada pela execução de projetos de infraestruturas públicas e pela expansão da capacidade turística e imobiliária. A eletricidade e água (+2,1 por cento) beneficiarão dos investimentos em energias renováveis e na melhoria da eficiência da rede.

O setor terciário continuará a ser o pilar do crescimento. O alojamento e restauração lidera com uma expansão de 16,4 por cento, refletindo a contínua atratividade de Cabo Verde como destino turístico. O transportes e armazenagem crescerá em linha com o turismo e o comércio. Os serviços de comércio e reparação, atividades financeiras e de seguros e atividades imobiliárias, beneficiarão do dinamismo geral da economia e do aumento do rendimento disponível. A administração pública reflete as políticas salariais e de valorização do emprego público.

Portanto, as projeções para 2026 baseiam-se num cenário de “aterragem suave” da economia global, com desinflação e crescimento moderado. A nível nacional, isto traduz-se num ambiente externo que, embora menos dinâmico, permite a continuação da convergência económica, alicerçada na força do setor do turismo e na resiliência da procura interna. A concretização destas projeções depende, no entanto, da ausência de choques externos adversos significativos, da manutenção da estabilidade macroeconómica interna e da capacidade contínua de atrair investimento direto estrangeiro para modernizar e diversificar a sua estrutura produtiva.

O cenário adverso de riscos associados as projeções, que pode comprometer a performance macro-fiscais do país, poderá emergir puramente do cenário externo ou interno ou de ambas.

Externamente, a economia é vulnerável a um abrandamento mais acentuado na Zona Euro, principal mercado emissor de turistas, o que deprimiria a procura e o investimento. A volatilidade nos preços globais das *commodities* (energia e alimentos) representa uma ameaça inflacionária direta, capaz de erodir o poder de compra e aumentar os custos de produção. Um aperto súbito das condições financeiras globais poderia encarecer o financiamento e travar o investimento.

Internamente, os riscos concentram-se na vulnerabilidade a choques climáticos, como secas, que podem afetar a agricultura e a segurança alimentar. Atrasos na execução de reformas estruturais e de investimentos públicos em infraestruturas críticas arriscam comprometer os ganhos de produtividade esperados. Adicionalmente, a pressão sobre as finanças públicas, devido ao aumento da despesa, constitui um risco fiscal.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco de Cabo Verde (BCV). (2025). Relatório do Estado da Economia em 2024. Cabo Verde

Faria, D.M.C.P. (2021). Desenvolvimento económico regional e turismo: interseções possíveis.

FMI (2025). World Economic Outlook Update – Julho 2025.

Global innovation index 2025

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV). (2025). Estatísticas do Turismo – Movimentação de hóspedes 1º trimestre de 2025. Cabo Verde.

Ministério das Finanças (MF). (2025). Directizes do Orçamento do Estado para 2026, Cabo Verde.

Rating S&P 8 de agosto 2025

Trading Economics. (2025). Chegadas de turistas em Cabo Verde.

World Bank. (2025). Cabo Verde Economic Update 2025.

Site

https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-forecast-and-surveys/economic-forecasts/spring-2025-economic-forecast-moderate-growth-amid-global-economic-uncertainty_en